



COLÉGIO PEDRO II

**Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão
e Cultura
Especialização em Ciências Sociais e Educação
Básica**

Clara Rocha Williman

TERRITÓRIO EM PAUTA:

Protagonismo Juvenil através da criação de um podcast

Rio de Janeiro

2025

Clara Rocha Williman

TERRITÓRIO EM PAUTA:

Protagonismo Juvenil através da criação de um podcast

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de produto educacional apresentado ao curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica

Orientador: Vinicius Fernandes da Silva

Rio de Janeiro
2025

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

W732 Williman, Clara Rocha

Território em pauta : protagonismo juvenil através da criação de um podcast / Clara Rocha Williman. – Rio de Janeiro, 2025.

31 f.

Produto Educacional de Especialização apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Ciências Sociais e Educação Básica) – Colégio Pedro II. Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Vinicius Fernandes da Silva.

1. Ciências Sociais - Estudo e ensino. 2. Território. 3. Baixada Fluminense (RJ). 4. Juventude. 5. Desigualdade social. 6. Podcasts. 7. Estratégias pedagógicas. I. Silva, Vinicius Fernandes da. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 300

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 – 5692.

Clara Rocha Williman

TERRITÓRIO EM PAUTA:

Protagonismo Juvenil através da criação de um podcast

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Ciências Sociais e Educação Básica vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ciências Sociais e Educação Básica.

Aprovado em: 31/03/2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Vinicius Fernandes da Silva (Orientador) Colégio Pedro II

Raquel Simas – Profa. Mestra em Antropologia (PPGA/UFF)

Adriane Pereira Gouveia – Profa. Mestra em Sociologia (PPGSA/UFRJ).

Silzane de Almeida Carneiro – Profa. Mestra em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ)

Bruno da Silva Rangel Francisco – Prof. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UERJ).

Rio de Janeiro
2025

RESUMO

WILLIMAN, Clara Rocha. **Território em Pauta: Protagonismo Juvenil através da criação de um Podcast**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Ciências Sociais – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

O território conhecido e reconhecido como Baixada Fluminense na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro é marcado historicamente por desigualdades econômicas, exclusão social e falta de acesso a recursos e equipamentos públicos, como educação, saúde pública e oportunidades de empregos qualificados, se compararmos com a cidade do Rio de Janeiro. Neste contexto, observar e possibilitar o protagonismo juvenil torna-se interessante para que os jovens se reconheçam como um grupo social portador de cidadania. A criação de um podcast como ferramenta pedagógica oferece a chance de expressão de suas próprias vozes, revelando questões que afetam diretamente suas vidas, possibilitando uma tomada de consciência de seu próprio território. Ao colocá-los como protagonistas na produção de um conhecimento próprio, estimula-se um sentimento de pertencimento e a produção de uma criatividade coletiva, instigando-os a refletir sobre as desigualdades vividas e percebidas.

Palavras-chave: Podcast, proposta pedagógica, território, juventudes, vulnerabilidade.

Abstract

WILLIMAN, Clara Rocha. **Território em Pauta: Protagonismo Juvenil através da criação de um Podcast**. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso Especialização em Ciências Sociais – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2025.

The territory known and recognized as Baixada Fluminense, in the Metropolitan Region of the State of Rio de Janeiro, is historically marked by economic inequalities, social exclusion and lack of access to public resources and facilities, such as education, public health and qualified employment opportunities, when compared to the city of Rio de Janeiro. In this context, observing and enabling youth protagonism becomes interesting so that young people recognize themselves as a social group with citizenship. Creating a podcast as a pedagogical tool offers the opportunity for them to express their own voices, revealing issues that directly affect their lives, enabling them to become aware of their own territory. By placing them as protagonists in the production of their own knowledge, a sense of belonging and the production of collective creativity are stimulated, instigating them to reflect on the inequalities they experience and perceive.

Keywords: Podcast, proposta pedagógica, território, juventudes, vulnerabilidade.

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Experiência Prévia	10
1.2 O habitar da juventude na Baixada Fluminense	12
1.3 Entre a Invisibilidade e o Protagonismo no Território	14
2. METODOLOGIA	16
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	19
4. A PROPOSTA	23
4.1 Implementação do Podcast “ Território em Pauta”	27
5. RESULTADOS ESPERADOS	29
Referências	30

1. INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense é um território onde os contrastes sociais se evidenciam a cada esquina, refletindo as desigualdades que atravessam a vida de quem ali nasce e cresce. Entre ruas, vielas e praças, crianças e jovens significam e ressignificam o espaço urbano, criando formas próprias de pertencimento e resistência. Diante da ausência do Estado, a juventude emerge como uma força potente de reinvenção da realidade, transformando territórios marginalizados em espaços de encontro e expressão, movimentando e carregando a marca da criatividade e da luta pela ocupação de um espaço que muitas vezes lhes é negado. A Baixada Fluminense, localizada no Estado do Rio de Janeiro, é uma região composta por 13 municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Japeri, Magé, Itaguaí, Paracambi, Seropédica e Guapimirim. Juntos, esses municípios se estendem por uma área de aproximadamente 4.225 km². Apesar da proximidade com uma das principais capitais do país, o Rio de Janeiro, a segunda maior cidade da nação, a Baixada Fluminense enfrenta sérios desafios estruturais que impactam diretamente a vida de seus habitantes, especialmente os jovens e adolescentes. Problemas relacionados à mobilidade urbana, saneamento básico, saúde, segurança pública e acesso à educação de qualidade compõem um cenário marcado por desigualdades históricas e pela negligência do poder público. A região é historicamente marcada pela falta de investimentos sociais e infraestrutura, o que cria um distanciamento não só geográfico, mas também socioeconômico e cultural em relação a determinados nichos urbanos cariocas. Este cenário contribui para a marginalização de sua juventude, tornando-os muitas vezes invisíveis para as políticas públicas. A ausência de espaços e dispositivos públicos adequados para lazer, cultura e esporte, somados à precariedade de instituições educacionais, restringe as possibilidades de um desenvolvimento material e simbólico para os jovens, limitando seu acesso a direitos fundamentais. A falta de um planejamento urbano voltado para a juventude que considere suas necessidades e potencialidades, reforça um ciclo de marginalização e invisibilidade. A ausência de políticas públicas eficazes contribui para que esses jovens não sejam vistos como sujeitos plenos de direitos, mas como possíveis objetos de intervenção social, e muitas vezes sem a devida consideração de suas capacidades de criação. Os jovens tecem narrativas sobre os lugares que habitam, reivindicando o direito à cidade e a uma vida

digna. Enquanto na capital há maior concentração de equipamentos culturais, universidades, oportunidades de emprego formal e acesso a serviços públicos essenciais, na Baixada os jovens convivem com a carência desses mesmos recursos. As possibilidades de mobilidade urbana também são limitadas, o que reforça barreiras geográficas e sociais que dificultam o acesso a uma vida plena de direitos.

Essa desigualdade territorial não é fruto do acaso, mas expressão de um histórico processo de marginalização das periferias urbanas, onde a juventude, especialmente a negra e pobre, é constantemente atravessada por políticas de controle em vez de cuidado. Ao observarmos as juventudes da Baixada Fluminense nos deparamos com algumas questões: De que maneira jovens desse território enxergam os espaços e as cidades onde vivem? Eles identificam as desigualdades ao seu redor? A relação que estabelecem com seu ambiente reflete as estruturas de poder presentes nas dinâmicas sociais da região? Essas perguntas ganham ainda mais força quando comparamos as realidades vividas por jovens da Baixada Fluminense e da cidade do Rio de Janeiro. A escolha do podcast como ferramenta pedagógica se ancora na perspectiva de uma educação crítica e dialógica pois ao incorporar esse recurso comunicacional ao cotidiano escolar, promovemos uma mediação que vai além da transmissão de conteúdos, favorecendo a escuta ativa, a construção coletiva de narrativas e o protagonismo juvenil. O podcast, enquanto mídia digital acessível e flexível, potencializa a expressão das experiências e percepções dos estudantes sobre o território que habitam uma na Baixada Fluminense marcada por desigualdades históricas, mas também por resistências e potências locais. Nesse sentido, o uso do podcast contribui para que os jovens elaborem leituras críticas sobre os processos de exclusão e marginalização que enfrentam, ao mesmo tempo em que reconhecem a si mesmos como sujeitos políticos capazes de narrar, intervir e transformar sua realidade. A proposta também reforça a importância da valorização dos saberes locais, muitas vezes invisibilizados pelo currículo tradicional, promovendo uma educação decolonial e antirracista, alinhada com os princípios de justiça social e equidade. Nesse processo, o protagonismo juvenil se revela não apenas como um conceito pedagógico, mas como uma prática concreta de resistência e reexistência. Ao assumirem o papel de protagonistas, os jovens deixam de ser vistos apenas como receptores de políticas e saberes prontos, passando a ser reconhecidos como produtores de conhecimento, cultura e transformação social. No contexto da Baixada Fluminense, esse protagonismo ganha

contornos ainda mais significativos, pois se inscreve em uma realidade marcada pela negação histórica de direitos e pela estigmatização do território. Quando os estudantes são incentivados a refletir criticamente sobre suas vivências, elaborar narrativas próprias e ocupar espaços de fala como acontece na produção de podcasts eles rompem com lógicas tradicionais de silenciamento e exclusão. Essa prática fortalece o sentimento de pertencimento, amplia as possibilidades de participação cidadã e cria pontes entre escola, comunidade e cidade. Mais do que dar voz à juventude, trata-se de escutar o que ela tem a dizer, de forma ética, sensível e comprometida com a construção de um território mais justo, onde os jovens sejam agentes centrais das mudanças que desejam ver.

1.1 Experiência Prévia

Desde 2019, atuo como educadora no SESC, desenvolvendo meu trabalho a partir da pedagogia socioconstrutivista, um método no qual acredito profundamente. Essa abordagem, que valoriza a construção ativa do conhecimento por meio da interação, da experimentação e do pensamento crítico, tem um impacto significativo em territórios vulneráveis. Ao considerar as vivências e os contextos dos estudantes, essa prática pedagógica fortalece a autonomia, o protagonismo e a capacidade de transformar a própria realidade, promovendo uma educação mais inclusiva e significativa. Atuo no projeto SESC+ Infâncias do SESC-RJ no município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense, um território marcado por desafios sociais e econômicos, mas também por uma grande riqueza cultural e um forte senso de comunidade. Através do projeto, buscamos oferecer aos jovens oportunidades de aprendizado que considerem suas realidades e potencializem suas vozes, promovendo o protagonismo juvenil e a transformação social em um contexto de vulnerabilidade.

Durante as atividades iniciais do projeto, observei o grande interesse dos estudantes em consumir podcasts, o que se refletia em suas conversas e relatos frequentes na sala de referência. Muitos compartilhavam com entusiasmo episódios que haviam escutado, comentando sobre seus temas favoritos e os influenciadores que seguiam. Esse hábito de ouvir podcasts parecia ser uma prática comum entre os alunos, que frequentemente traziam para a sala de aula discussões sobre o conteúdo e as opiniões dos podcasts que mais gostavam. Esse engajamento natural com o formato despertou ainda mais o interesse em utilizá-lo como uma ferramenta de expressão dentro do projeto, motivando-os a se aprofundar na criação de seus próprios episódios, além de refletirem sobre o poder de comunicação e as possibilidades criativas desse meio. Diante desta demanda, integramos protagonismo, território e tecnologia ao projeto, incentivando o uso de metodologias digitais para que os alunos experimentassem novas formas de expressão e aprendizado. Celulares e computadores, muitas vezes usados apenas para entretenimento. No contexto do projeto, os estudantes foram incentivados a explorar e aprofundar seus conhecimentos de forma criativa e colaborativa. As tecnologias e as mídias digitais, inicialmente vistas apenas como ferramentas de entretenimento, foram ressignificadas como instrumentos poderosos de

pesquisa, produção e descoberta. Esse processo de aprendizagem ativa possibilitou que os alunos se tornassem protagonistas de suas próprias narrativas, refletindo sobre temas importantes para sua realidade e utilizando as tecnologias de forma consciente e crítica. Como resultado, nasceu o "Adolecast", um podcast produzido pelos próprios alunos, reunindo debates, entrevistas e reflexões sobre os temas escolhidos. O projeto se dividiu em diferentes etapas: pesquisa, rodas de conversa, produção de conteúdo, gravação e edição. Ao longo das aulas, os estudantes aprenderam sobre técnicas de comunicação, mídias digitais e ferramentas de edição de áudio e vídeo, desenvolvendo habilidades essenciais para a construção de um conteúdo de qualidade e impactante. A partir do interesse dos estudantes, o projeto explorou temas como a natureza morta, onde a maioria da turma estudava na mesma escola e estavam explorando a disciplina de artes. Durante as atividades, os alunos tiveram a oportunidade de compreender a noção de artes plásticas, investigando as características desse gênero artístico, suas técnicas e sua importância histórica. Além disso, entraram em contato com autores e artistas que trabalharam com a natureza-morta, analisando suas obras e refletindo sobre os significados e simbolismos presentes nesse tipo de representação. Esse processo não apenas ampliou o repertório cultural dos estudantes, mas também incentivou uma abordagem crítica e criativa em relação à arte.

Por fim, os episódios foram gravados e apresentados para outras turmas e na "II Conferências das Infâncias" onde a turma apresentou toda a pesquisa e os vídeos e áudios do acervo. O projeto não apenas ampliou as possibilidades de aprendizagem, mas também fortaleceu a voz dos estudantes, permitindo que expressassem suas visões de mundo de forma criativa e crítica. A própria turma, além de apresentar os resultados para outros grupos, incentivou outras crianças a utilizarem as mídias digitais para explorar e refletir sobre suas realidades e o território em que vivem. Ao compartilhar suas experiências e o processo de criação do podcast, os alunos motivaram seus colegas a se engajarem nas tecnologias, a investigarem seus próprios contextos e a usarem as ferramentas digitais para construir suas próprias narrativas, ampliando ainda mais o impacto e a troca de saberes no ambiente escolar.

1.2 O habitar da juventude na Baixada Fluminense

Para compreender a relação desses jovens com o território, é necessário considerar a perspectiva de territorialidade proposta por Sarmiento (2001), que nos permite entender como o espaço social e geográfico molda as experiências de mobilidade e de acesso aos direitos. A falta de infraestrutura e de espaços de lazer na Baixada Fluminense limita as possibilidades de apropriação e transformação desse território pelos jovens, que, muitas vezes, se vêem obrigados a ocupar o espaço público de maneira marginalizada. Lopes (2013) destaca duas formas de conceber a presença dos jovens no espaço geográfico: uma que os reduz a dados estatísticos e demográficos e outra que reconhece sua capacidade de transformar e ressignificar os espaços por meio de suas ações. O habitar juvenil na Baixada Fluminense segue sendo sistematicamente invisibilizado pelas políticas públicas, que falham em reconhecer os jovens como sujeitos plenos de direitos e de criação territorial. A ausência de investimentos em educação, cultura, transporte, saúde e lazer revela não apenas uma negligência institucional, mas uma escolha política que insiste em marginalizar determinadas juventudes, sobretudo aquelas negras, periféricas e da classe trabalhadora. Essa invisibilidade não se dá apenas pela omissão do Estado, mas também pela narrativa dominante que associa o território da Baixada à violência, apagando as múltiplas formas de vida, resistência e produção de sentido que ali florescem. Ao ignorar os modos como esses jovens ocupam, atravessam e reconfiguram o espaço urbano, nega-se a eles o direito básico de existir com dignidade em seu próprio território. Esse apagamento compromete não apenas o presente, mas também o futuro de uma geração que, mesmo diante do abandono, insiste em construir caminhos alternativos de pertencimento e transformação.

Diante desta realidade marcada por desigualdades históricas e pela constante negação de direitos, os jovens da Baixada Fluminense demonstram uma potência que desafia as leituras estigmatizadas sobre o território que habitam. Mais do que vítimas de um espaço socialmente precarizado, esses sujeitos constroem rotas próprias de resistência e pertencimento, reinventando práticas cotidianas e criando redes de solidariedade e expressão cultural. É nos becos, nas praças, nas pistas de dança, nos coletivos, nos saraus, nas redes sociais e nos pequenos gestos de insurgência que esses

jovens afirmam suas existências e reconfiguram o sentido do habitar. Sua presença nos territórios não é passiva, mas ativa e contestadora, revelando que, mesmo diante da ausência do Estado, há produção de vida, arte, conhecimento e política. Assim, o protagonismo juvenil na Baixada Fluminense não é apenas um desejo ou uma política pública em potencial: é um fato cotidiano, vivido e sentido, que nos convoca a repensar o que entendemos por cidade, por direito à cidade e por cidadania.

1.3 Entre a Invisibilidade e o Protagonismo no Território

O protagonismo juvenil, especialmente no contexto de jovens e adolescentes da Baixada Fluminense, emerge como um fenômeno crucial na luta contra a marginalização e invisibilidade social. No que se refere ao conceito de “protagonismo”, especialmente no contexto dos discursos oficiais, observamos que ele é abordado de forma difusa e abrange múltiplos significados. Ora reflete participação e cidadania, ora caracteriza-se pelo entendimento de "ator social" em um cenário que implica autonomia, ação tanto individual quanto coletiva e corresponsabilidade. Esse termo é amplamente referenciado, não apenas em publicações de organismos internacionais como a ONU e a UNESCO, mas também em documentos governamentais brasileiros, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009.

O reconhecimento das juventudes como um grupo sujeito de direitos no contexto legal brasileiro é relativamente recente. As primeiras referências a este grupo social como “sujeitos de direitos” surgiram apenas na segunda metade dos anos 1980. No início, as políticas públicas focaram principalmente nos adolescentes, abordando a violência frequentemente associada a esta faixa etária, e a suposta tendência deles se envolverem em atividades criminosas. Um exemplo deste enfoque é o Código de Menores de 1979, que se destinava exclusivamente a crianças e adolescentes em situações de irregularidade, ou seja, aqueles sob a tutela do Estado (Silva; Lopes, 2009). Na década de 1990, políticas públicas começaram a valorizar a participação ativa dos jovens, reconhecendo-os como sujeitos autônomos (Novaes, 2007). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se destaca como um marco político-institucional crucial desse período, reafirmando que crianças e adolescentes são titulares de direitos e não meramente objetos da intervenção do Estado ou da família (Brasil, 2010). Com isso, o “jovem” passou a ser reconhecido como um agente estratégico no desenvolvimento social, ganhando espaço crescente nas políticas públicas (Silva; Lopes, 2009). Em 2005, com a criação do Conselho Nacional da Juventude e da Política Nacional da Juventude (PNJ), por meio da Secretaria Nacional da Juventude, iniciou-se a formulação de políticas públicas baseadas nestas demandas. O território, como aponta Paulo Freire (1996), não é apenas um espaço físico, mas um campo de ação onde a criança interage, constroi sua identidade e autonomia. Neste sentido, a ausência de

espaços públicos adequados, como praças, áreas verdes, e a escassez de escolas com estruturas que atendam minimamente às necessidades pedagógicas e de convivência, tornam-se obstáculos significativos para o desenvolvimento pleno das juventudes.

Ao longo dos anos, esses jovens têm sido historicamente silenciados, sem acesso pleno a espaços de participação e desenvolvimento, o que agrava ainda mais sua condição de vulnerabilidade. Contudo, a transformação desse quadro passa pela valorização de sua voz e do reconhecimento de seu potencial de transformação. Se por um lado a coletividade muitas vezes os vê como sujeitos em construção, privados de agência e autonomia, por outro, a própria realidade que eles enfrentam os força a serem protagonistas de sua própria história. A escassez de políticas públicas adequadas e a precariedade dos espaços urbanos limitam as oportunidades de desenvolvimento desses jovens, porém ao mesmo tempo, a resistência que brota desta falta de opções gera um movimento de busca por alternativas, seja na forma de ocupação de espaços ou na criação de novos canais de expressão. A infraestrutura deficiente, associada à precariedade das condições de segurança e ao controle de grupos criminosos, cria um ambiente de insegurança, restrição à livre circulação e à exploração do espaço, o que limita a participação ativa das crianças. Os contextos de exclusão social revelam como as políticas públicas, ou a falta delas, podem reforçar ou amenizar esta situação. De acordo com Sarmiento (2004), a ausência de políticas públicas que priorizem a criação de espaços de lazer, a ampliação da segurança e a qualificação das escolas contribui para a invisibilização das juventudes nas periferias urbanas.

A Baixada Fluminense, com suas características específicas de “produção” de marginalização, torna-se um palco emblemático para discutir a luta entre a invisibilidade e o protagonismo. A juventude, neste contexto, deixa de ser vista como um grupo social de passividade para se transformar em um grupo e campo de luta por reconhecimento e direitos, desafiando moldes tradicionais de uma educação que a vê como um objeto a ser moldado e não como sujeito de direitos e transformações sociais. Este cenário, portanto, exige uma reflexão crítica sobre o lugar das juventudes no debate público e nas políticas sociais. Não se trata apenas de garantir direitos básicos, mas possibilitar que as juventudes, especialmente aquelas em situações de vulnerabilidade, tenham a oportunidade de serem ouvidas e respeitadas em sua plena capacidade de expressão e protagonismo. A escola que historicamente se consolida como espaço

privilegiado de socialização, muitas vezes assume um papel disciplinar para adequá-las às normas sociais e econômicas dominantes. Ao mesmo tempo, a família, estruturada em seu papel educativo, concentra-se nos cuidados e na formação moral, relegando parte da experiência à tutela das instituições. O confinamento ao ambiente familiar e escolar também limita o protagonismo social e político, reforçando uma percepção de dependência e imaturidade persistente. A luta dos jovens da Baixada Fluminense é, neste sentido, um símbolo de resistência, onde uma invisibilidade histórica se confronta com algumas ações concretas.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta proposta parte do pressuposto de que a educação deve ser um processo ativo e dialógico, no qual os estudantes são protagonistas da construção do conhecimento. Freire (1996) busca romper com práticas tradicionais de ensino, incentivando a participação crítica e reflexiva dos jovens na interpretação e transformação de sua própria realidade. O podcast será o produto de culminância entre os estudantes e terá como foco principal a introdução dos estudos da teoria de Marx, como conteúdo referenciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nas Orientações Curriculares Nacionais (OCN's), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Este conjunto de referências balizam os currículos dos mais diversos componentes do sistema nacional de educação, bem como os pilares avaliativos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Integrar temas tradicionais e inovadores no processo educacional pode ser uma estratégia interessante para estimular novas formas de discussão e aprendizagem. Ao adaptar o conteúdo aos interesses e particularidades dos estudantes, o mediador/docente não apenas utiliza as tecnologias como ferramentas de ensino, mas também como elementos que ajudam a construir conhecimento de forma mais colaborativa e interativa, conectando a tecnologia à educação de forma reflexiva e prática. Esta abordagem, de acordo com Falcão e Moran (2020), coloca o docente como um gestor de práticas pedagógicas emergentes, sendo capaz de integrar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) de maneira ética e socialmente comprometida, transformando o ambiente de aprendizagem em um espaço mais dinâmico e enriquecido. Desta maneira, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) deve ir além da dimensão instrumental, assumindo um papel pedagógico que estimule a autonomia intelectual e a reflexão crítica dos estudantes sobre o mundo que os cerca. Incorporar essas ferramentas ao cotidiano escolar não significa apenas digitalizar o ensino, mas repensar as relações de ensino-aprendizagem em direção a uma prática mais dialógica, plural e emancipatória. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que orienta os currículos da Educação Básica em todo o território nacional, reforça a importância de uma formação integral dos estudantes, pautada no desenvolvimento de competências cognitivas, sociais, emocionais e culturais. Nesse cenário, o uso de ferramentas comunicacionais, como o podcast, insere-se em uma

lógica pedagógica que valoriza o engajamento dos estudantes com temas complexos de forma acessível, colaborativa e conectada às suas vivências. A escolha desse recurso tecnológico não se dá apenas por seu apelo contemporâneo, mas por seu potencial de fomentar práticas discursivas, de investigação e de escuta ativa, aproximando o universo escolar das linguagens midiáticas presentes no cotidiano dos jovens. A proposta aqui apresentada dialoga diretamente com a BNCC ao priorizar a participação ativa dos alunos, a articulação entre saberes e a valorização das experiências dos sujeitos em seus contextos sociais. Ao promover uma abordagem interdisciplinar e crítica por meio do uso do podcast como ferramenta pedagógica, a atividade estimula o desenvolvimento de competências como o pensamento crítico, a comunicação, a argumentação e o protagonismo juvenil, princípios fundamentais da BNCC. Nesse sentido, a proposta se articula com habilidades específicas dos componentes curriculares de História, Sociologia e Linguagens. No componente de História, por exemplo, ela dialoga com a habilidade de discutir as transformações políticas, sociais e culturais da modernidade e os movimentos sociais relacionados aos processos de industrialização e urbanização. Em Sociologia, a proposta contribui para a análise crítica das transformações nos modos de produção e suas implicações nas relações sociais, além de incentivar a reflexão sobre os meios de comunicação como espaço de formação da opinião pública. No campo das Linguagens, a produção do podcast está diretamente relacionada ao uso das tecnologias digitais na construção de conteúdos multimodais e no exercício da expressão oral e escrita. Com isso, o trabalho não apenas atende às diretrizes curriculares, mas amplia o horizonte educativo ao integrar teoria, prática e contexto social de forma ética, crítica e transformadora. Quando o estudante se vê como sujeito ativo do processo, utilizando linguagens contemporâneas para expressar suas ideias, analisar sua realidade e dialogar com diferentes saberes, o aprendizado se torna mais significativo. Assim, a tecnologia deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser meio para fomentar a produção de sentidos, a escuta, o pensamento crítico e a participação cidadã. Sendo assim, a produção do podcast não representa apenas um produto final, mas um processo formativo que estimula a autoria estudantil, a problematização da realidade social e o exercício do pensamento crítico, com elementos essenciais para uma educação comprometida com a transformação individual e coletiva, contribuindo para a consolidação de uma educação que não apenas transmite conteúdos, mas que também forma cidadãos conscientes, autônomos e comprometidos com a transformação da realidade.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes que visam garantir uma formação integral aos estudantes, orientada pelo desenvolvimento de competências que articulem conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Entre os princípios norteadores do documento, destaca-se a importância da abordagem interdisciplinar como forma de superar a fragmentação do saber e promover a articulação entre teoria e prática. A interdisciplinaridade permite a integração de diferentes áreas do conhecimento em torno de problemas reais, favorecendo uma aprendizagem contextualizada e significativa. Essa perspectiva está alinhada à valorização do protagonismo juvenil, uma vez que possibilita aos estudantes mobilizar múltiplos saberes para compreender e intervir em sua realidade, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua atuação crítica no mundo. Diante das diretrizes estabelecidas pela BNCC, que preveem a formação integral e o desenvolvimento de competências gerais, é fundamental que todas as áreas do conhecimento estejam envolvidas na aplicação do presente produto educacional. A proposta não se limita a um único componente curricular, mas se constroi a partir da articulação entre saberes, permitindo que Linguagens, Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas e Ensino Religioso contribuam de maneira integrada para a compreensão da realidade dos estudantes. Ao considerar o território como eixo articulador, cada área pode mobilizar seus conteúdos específicos para aprofundar a análise crítica sobre o espaço vivido, favorecendo uma abordagem mais ampla, contextualizada e significativa. Dessa forma, o protagonismo juvenil é potencializado por meio de práticas pedagógicas que reconhecem a complexidade do mundo e promovem a construção coletiva do conhecimento.

O ensino das Ciências Sociais deve ser um meio para a formação de cidadãos críticos e conscientes que detêm um “papel” e funções sociais. O conceito de território, central tanto na geografia quanto nas ciências sociais, também é uma noção importante para se buscar a compreensão do desenvolvimento das infâncias. Ao propor questionamentos sobre o lugar onde os alunos vivem, seus bairros, cidade, escolas, o educador permite que o mesmo aluno construa ferramentas críticas sobre seu entorno e seu território. As proposições de Karl Marx (1867) nos ajudam a compreender como o

capitalismo criou e perpetua desigualdades, seja através da exploração direta pelo trabalho e pelos usos e reproduções do espaço urbano, Harvey (2003), ao atualizar e expandir essas ideias no campo da geografia e da urbanização, oferece uma proposição crítica para estudar como o capitalismo se manifesta no território, e isto é visto especialmente em situações de vulnerabilidade social, como na Baixada Fluminense. Harvey (2003) não apenas revisita as ideias de Marx (1867), mas as reinterpreta à luz dos desafios e das contradições do capitalismo contemporâneo. Ao contrário de uma simples reinterpretação histórica, utiliza os conceitos marxistas como ferramentas de análise para compreender as crises econômicas que afligem o sistema global. Harvey (2010) sugere que de certa forma o capitalismo moderno repete esse comportamento, consumindo capital “sem razão”, perpetuando um ciclo de crises e insustentabilidades. Para ele, esta lógica irracional é central para entender o funcionamento atual da economia global. Em sua obra, o autor não apenas apresenta uma releitura de “O Capital”, mas a utiliza para iluminar as contradições e as falhas do capitalismo contemporâneo, abordando temas complexos como o consumo de recursos naturais e as políticas econômicas globais, explicando e explicitando como estas questões estão interligadas às estruturas desiguais e profundas do sistema capitalista.

Um dos principais desafios encontrados ao longo da concepção deste produto e em sua futura elaboração, reside na questão de como aproximar os alunos às teorias e concepções marxistas, sem que esta abordagem se limite apenas ao conteúdo exigido para a escola ou para o vestibular, além das dificuldades naturais de compreensão de conceitos que muitas vezes podem ser mostrar um tanto abstratos e difíceis de compreender. O verdadeiro dilema está em articular teoria e prática, para garantir que os estudantes não apenas compreendam os conceitos fundamentais desta teoria, mas que também consigam estabelecer conexões entre a teoria e a realidade em que vivem. O grande desafio, portanto, é criar estratégias pedagógicas que permitam os alunos conectarem algumas das teorias apresentadas e poderem perceber se há conexões reais e que façam sentido às suas vidas cotidianas, seja na escola, no trabalho ou nas vivências entre suas famílias, buscando aproximar a pedagogia crítica às experiências concretas.

Ao apresentar a teoria marxista aos jovens podemos mostrar através da obra do autor e da leitura como as condições materiais podem impactar o desenvolvimento e as possibilidades emancipatórias. A juventude que vive em territórios de vulnerabilidade, não é apenas passiva a este processo de exclusão social, ao contrário, Freire (1968)

ressalta a importância de incentivar o protagonismo, em que a reflexão sobre o lugar, as condições de vida e os direitos é a chave para um desenvolvimento mais crítico e consciente

"O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação" (Freire, 1967, p. 120).

Ao trazer a realidade local para o centro do processo educativo, o território se transforma em um campo de luta por mais igualdade, pelo direito ao próprio lugar e à cidadania. O território, portanto, torna-se um ponto de partida para que as juventudes possam se tornar protagonistas de sua própria história e, ao mesmo tempo, participantes ativas das construções sociais. Freire (1968) revela que a educação não pode ser um ato mecânico de transmissão de conteúdos, mas sim um processo dialógico no qual o conhecimento se constrói a partir da experiência e da vivência concreta dos sujeitos. O protagonismo juvenil, nesse contexto, não se restringe apenas à escuta das vivências dos estudantes, mas se concretiza na autonomia para investigar, debater e propor soluções para os desafios encontrados em seus territórios. A metodologia de pesquisa participativa, baseada em práticas investigativas e na produção colaborativa de conhecimento, reflete uma pedagogia que ultrapassa a simples memorização de conteúdos, colocando os estudantes no papel de pesquisadores de sua própria realidade. De acordo com a proposta de Freire (1996), a participação ativa dos estudantes na elaboração de suas perguntas e na busca por respostas é o que confere profundidade e autenticidade ao processo educativo.

O uso das tecnologias digitais neste contexto se apresenta não só como uma ferramenta pedagógica, mas como um veículo que, a princípio, pode democratizar a informação e ampliar possibilidades de ação para os estudantes. Podemos enumerar algumas delas: 1) A produção de conteúdo, ao envolver elementos como sonoplastia, música e efeitos sonoros, também contribui para o desenvolvimento de uma narrativa mais envolvente e sensível, criando conexões emocionais com os temas abordados. Este

processo não só estimula a imaginação dos estudantes, mas também os desafia a pensar de maneira crítica e criativa sobre as questões que impactam suas vidas; 2) A prática de elaborar roteiros e narrativas audiovisuais permite que os jovens se expressem de forma artística e reflexiva, ao mesmo tempo em que se apropriam dos conhecimentos teóricos discutidos em sala de aula; 3) A aplicação de perguntas diagnósticas ao longo do processo educativo tem uma função estratégica de avaliação. Ao refletir sobre as ideias de Marx e Harvey os estudantes são desafiados a identificar formas de opressão, desigualdade e as resistências presentes em suas próprias vidas, o que contribui para a formação de uma consciência científica mais apurada.

4. A PROPOSTA

Este produto educacional tem como objetivo apresentar aos estudantes alguns conceitos, efeitos e processos que estruturam o mundo do trabalho, a exploração da mão de obra e os impactos socioeconômicos, com um recorte específico para a Baixada Fluminense, território historicamente, simbolicamente e materialmente classificado e percebido como um território dormitório. A primeira etapa do produto educacional tem como objetivo apresentar aos estudantes do 8º e 9º anos do ensino fundamental o conceito de trabalho, sua relação com a produção de riqueza e sua transformação em mercadoria dentro da lógica capitalista. Esse momento inicial servirá para situar historicamente a evolução das relações de trabalho, as desigualdades geradas e os impactos da ideologia capitalista na organização social. A abordagem será crítica e dialogada, incentivando a reflexão sobre as condições concretas da Baixada Fluminense. A partir desse cenário iremos nos debruçar na ideia de "capital em movimento". Harvey (2018) faz uma analogia com "ciclo da água", explicando que assim como a água passa por diversos estados e transformações, o capital circula por diferentes etapas, mas sempre mantendo sua essência. A crise ocorre quando esse movimento é interrompido, quando o capital fica "preso" em uma fase, impossibilitando sua plena realização. Esse processo de bloqueio é o que gera a crise econômica, que se manifesta de formas recorrentes.

Para iniciar o debate, os estudantes serão convidados a identificar diferentes formas de trabalho existentes em seu próprio território e a relacioná-las com os conceitos de riqueza e exploração. A ideologia capitalista naturaliza a exploração do trabalho e oculta as relações de domínio entre patrões e trabalhadores. As turmas estão inseridas no COLÉGIO PEDRO II, na unidade Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, que é um espaço marcado pela desigualdade social e pela alta informalidade no trabalho. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), aproximadamente 40% da população economicamente ativa da região está em ocupações informais, sem garantias trabalhistas. Isso impacta diretamente as condições de vida e o acesso a direitos fundamentais.

Leitura orientada: Distribuir um trecho do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels (disponibilizado previamente para os alunos), discutindo como as relações de produção se manifestam no contexto atual. Utilizar o conceito de “exploração” de David Harvey no livro "A Loucura da Razão Econômica".

Os alunos serão convidados a:

1. Identificar e registrar diferentes tipos de trabalho presentes em sua comunidade.
2. Analisar os impactos do trabalho informal na vida das pessoas.
3. Comparar essas realidades com os conceitos de exploração e alienação apresentado

Dividir os alunos em grupos pequenos e pedir que registrem diferentes tipos de trabalho existentes em sua comunidade. A orientação é que observem e escrevam, se possível, exemplos de trabalhos formais e informais que conhecem de sua rotina, incluindo seus familiares, amigos e vizinhos. Cada grupo deverá responder a estas questões: Quais são os tipos de ocupações mais comuns? Esses trabalhos oferecem garantias trabalhistas? Quais são os benefícios e desafios desses trabalhos? Qual o grau de reconhecimento e valorização que essas ocupações possuem na sociedade?

Iniciar a atividade com a explicação sobre o conceito de trabalho nas sociedades capitalistas, fundamentada na teoria marxista. Apresentar os conceitos-chave de exploração e alienação:

Exploração: O trabalho do proletariado gera mais valor do que aquele que é pago em forma de salários, o que leva à acumulação de riqueza nas mãos dos capitalistas.

Alienação: O trabalhador se vê desconectado dos produtos de seu trabalho, do processo de produção e de sua própria essência humana, devido às condições do trabalho capitalista.

Após aulas discursivas, leitura e apresentação das bases teóricas dos referidos autores, os estudantes terão contato com os conceitos, a partir da leitura de capítulos do livro “A loucura da razão econômica - Marx e o capital no século XXI”, de David Harvey (DATA), apresentando os conceitos de “luta de classes” “alienação” e “expropriação”. Os estudantes realizarão pesquisas de campo e buscarão observar

como algumas das teorias e questões apresentadas poderiam se manifestar no território e nas sociabilidades nas quais estão inseridos. A produção do podcast será conduzida de forma colaborativa, com os alunos escolhendo temas que surjam de suas investigações, permitindo a exploração da teoria de maneira prática. Para a organização do conteúdo, utilizaremos diversos recursos, como textos, vídeos e outras mídias, promovendo uma abordagem multidisciplinar e dinâmica. Ao ouvir os próprios podcasts os alunos terão ferramentas para poderem refletir sobre como as possíveis desigualdades territoriais os atingem. O objetivo sociocomunicativo deste formato é não apenas transmitir conhecimento, mas também incentivar a expressão criativa, a troca de ideias e a construção coletiva de saberes.

Recursos didáticos e técnicos a serem utilizados:

- Pesquisa e Fundamentação Teórica: estudo da teoria de Marx e Harvey;
- Debates : rodas de conversa para estimular a participação crítica e dialogada dos estudantes;
- Pesquisa de Campo: realização de entrevistas externas e análise coletiva das informações coletadas;
- Roteirização: planejamento dos episódios, estruturação dos temas e definição dos participantes
- Gravação e Produção: utilização dos recursos disponíveis da escolas e dos estudantes para capturar e editar os episódios;
- O projeto será desenvolvido ao longo de um semestre letivo, com uma aula por semana,
- Cada aula terá a duração de 1h20, totalizando aproximadamente 20 encontros;
- 12 aulas dedicadas ao conteúdo programático, explorando a teoria marxista,
- 2 aulas para pesquisa de campo externa .
- 7 aulas para debates, rodas de conversa, edição e gravação do podcast, garantindo que os estudantes possam estruturar e finalizar o produto;
- Equipamentos: celulares (dos estudantes e do professor), câmeras fotográficas, microfones (do laboratório da escola), computadores da sala de informática;
- Materiais de Apoio: livros, artigos acadêmicos, materiais didáticos disponíveis no acervo da escola e conteúdos digitais complementares.

Para gravação e edição de áudio:

- Audacity (software gratuito e de código aberto para edição de áudio);
- Anchor (Spotify for Podcasters) (plataforma que permite gravação e publicação do podcast);
- GarageBand (para usuários de macOS/iOS, com ferramentas intuitivas de edição)
- Lexis Audio Editor (disponível para Android e Windows).

Para organização e roteirização:

- Google Docs (para escrita colaborativa do roteiro);
- Os vídeos e episódios do podcast serão gravados e apresentados para as turmas, promovendo um espaço de troca e reflexão. Os links serão disponibilizados para os alunos e demais turmas, garantindo o acesso ao conteúdo. O material ficará como acervo da escola, podendo ser utilizado em atividades futuras e ampliando o alcance do projeto.

O podcast torna-se portanto, um “espaço” para os estudantes discutirem temas como a desigualdade social e os déficits nos dispositivos públicos percebidos. Esta ferramenta possibilita a oportunidade para que se sintam representados e “empoderados”, construindo uma visão crítica sobre o seu entorno.

4.1. Implementação do Podcast “ Território em Pauta”

A partir desta atividade dentro de sala, iremos avançar para além-muros, onde se implementará o projeto " Território em Pauta", em que os estudantes farão entrevistas em suas comunidades, coletando relatos de familiares e conhecidos sobre experiências de trabalho e desigualdade. Para ampliar ainda mais a imersão dos estudantes no processo de investigação e produção do podcast, será incorporado um making of que registre todas as etapas desta experiência. Contando com a utilização de celulares e câmeras, os estudantes poderão documentar não apenas as entrevistas realizadas com familiares e moradores do bairro, mas também cenas do cotidiano local e que expressam as relações de trabalho e as desigualdades vivenciadas. Esse material poderá incluir trechos espontâneos das interações entre estudantes, bastidores das entrevistas, reflexões sobre os desafios enfrentados na coleta de relatos e registros visuais do território. Além de enriquecer a construção do podcast, essa dinâmica permitirá que os alunos percebam como suas rotinas podem ser transformadas em narrativas .

Para familiarizar-nos ao produto podcast iremos ouvir e analisar o conteúdo do podcast "Sociologia em Pauta", onde serão incentivados a desenvolver habilidades analíticas , além de fortalecerem a capacidade de aplicar conceitos sociológicos à vida cotidiana. Escolher um episódio recente e relevante do podcast "Sociologia em Pauta" que aborda temas próximos à realidade dos alunos. Pode ser um episódio sobre desigualdade social, questões de identidade, racismo ou trabalho. Alguns dos episódios disponíveis: Desigualdade social no Brasil, o impacto da cultura de massa na sociedade, relações de poder e a violência estrutural. Após ouvir os episódios pediremos para os alunos refletirem individualmente sobre o que ouviram. Solicitaremos que anotem as partes mais interessantes, as ideias principais e como o conteúdo se conecta com a realidade social em que vivem. Como perguntas disparadoras teremos as seguintes opções: Quais foram os pontos principais discutidos no episódio? Como os conceitos você compreendeu ? Você consegue identificar esses temas em seu próprio cotidiano ou em sua comunidade? De que maneira as desigualdades sociais presentes no Brasil estão relacionadas ao que ouvimos no podcast? Quais são as possíveis soluções para os

problemas apontados? Como podemos aplicar as ideias discutidas para transformar a realidade local?

Posteriormente os alunos serão divididos em três grupos, e cada grupo deverá escolher um tema de interesse relacionado aos conceitos apresentados. A escolha do tema deverá estar fundamentada em um capítulo específico da obra “A loucura da razão econômica - Marx e o capital no século XXI”, David Harvey, 2018. O primeiro grupo explorará o conceito de “Mais-valia”. O segundo grupo analisará a “Alienação do Trabalho”, abordando como os trabalhadores perdem o controle sobre sua própria produção e refletindo sobre a mecanização e precarização do emprego. O terceiro grupo se debruçará sobre a 'Acumulação Capitalista', investigando como a concentração de riqueza nas mãos de poucos impacta diretamente na desigualdade social e econômica. Após a pesquisa e discussão, os grupos apresentarão suas análises e reflexões, que servirão de base para a produção do podcast. O podcast será enriquecido com sons urbanos e que serão utilizados para ilustrar o contraste entre os espaços movimentados das grandes cidades e a realidade das periferias, e como estes espaços podem se aproximar ou se afastar, convivendo dialeticamente.

A implementação do podcast pelos estudantes será a culminância de uma experiência formativa que une escuta, investigação, criação e partilha. Mais do que um produto final, o podcast será compreendido como um processo um dispositivo pedagógico que mobiliza múltiplas linguagens, articula teoria e prática, e possibilita que os estudantes ocupem a posição de produtores de conteúdo, pesquisadores de suas próprias realidades e protagonistas da narrativa coletiva do território. A construção do podcast será realizada em etapas que dialogam com o percurso educativo vivenciado em sala e no campo. Após as entrevistas, os registros em áudio e vídeo e o aprofundamento teórico com base em David Harvey e nos episódios do Sociologia em Pauta, os grupos temáticos iniciarão a curadoria do material reunido. Isso inclui a seleção dos relatos mais significativos, a escolha dos sons urbanos que comporão a ambientação e a definição de uma linha narrativa coerente com os conceitos sociológicos estudados.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Com a implementação do podcast como parte de meu produto educacional, espero proporcionar uma experiência de aprendizado significativa e engajadora para os jovens, especialmente no contexto da compreensão de conceitos marxistas e na construção de um olhar mais crítico, além das contribuições para a análise das relações sociais e econômicas. A principal expectativa é que os estudantes consigam entender as ideias de forma clara e também prática, integrando conceitos teóricos à realidade cotidiana deles.

O podcast propõe-se a ser uma ferramenta acessível e atraente, que fomente o protagonismo juvenil, permitindo que os alunos não só absorvam conhecimento, mas também se sintam motivados a questionar, discutir e eventualmente transformar as realidades que os cercam. A experiência anterior com outros projetos educacionais mostrou que, ao abordar temas complexos de maneira interativa e contextualizada, há uma maior retenção do conhecimento. No entanto, também reconheço os desafios que essa abordagem pode apresentar. A comunicação de conceitos sociológicos para um público jovem, muitas vezes, exige a superação de barreiras de linguagem, compreensão e cognição.

A avaliação do processo de aprendizado será baseada em uma argumentação oralizada e em dinâmicas interativas que permitam aos alunos expressarem seus conhecimentos de maneira mais espontânea e prática. A avaliação oral não apenas avaliará a compreensão dos conceitos, mas também o quanto os estudantes conseguiram relacionar estes conceitos. As dinâmicas, por sua vez, terão como objetivo estimular a interação e o trabalho em grupo, favorecendo a colaboração e a troca de ideias. Esses métodos de avaliação proporcionarão uma visão mais ampla do progresso dos alunos, permitindo que eu compreenda tanto os aspectos individuais quanto coletivos do aprendizado.

Referências

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: [11/01/2025].

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: [10/02/2025].

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2013-pdf/13644-diretrizescurriculares-nacionais-para-a-educacao-basica-pdf/file>. Acesso em: [20/02/2025].

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

PNLD. Programa Nacional do Livro Didático. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnld>. Acesso em: [16/01/2025].

ANDRADE, E. A.; BÓGUS, C. M. Políticas públicas dirigidas à juventude e promoção da saúde: como a proposta de auxiliares da juventude foi traduzida em prática. Interface, Botucatu, v. 14, n. 35, p. 853-866, 2010.

FALCÃO, Fabio; MORAN, José Manuel. Educação híbrida: uma abordagem para a aprendizagem no século XXI. São Paulo: Editora Unesp, 2020.

CASTAÑEDA, Linda; ESTEVE, Francesc; ADELL, Jordi. A anatomia dos PLEs. In: CASTAÑEDA, Linda; ADELL, Jordi (orgs.). Ambientes pessoais de aprendizagem: chaves para o ecossistema educacional em rede. Madrid: Ediciones Universidad de Murcia, 2018. p. 11-27.